

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

Agrupamento de Escolas

Afonso de Albuquerque

GUARDA

2015
2016

Área Territorial de Inspeção
do Centro

CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO

Jardins de Infância e Escolas	EPE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	SEC
Escola Secundária Afonso de Albuquerque, Guarda				•	•
Escola Básica de Santa Clara, Guarda			•		
Escola Básica Adães Bermudes, Guarda		•			
Escola Básica Augusto Gil, Guarda		•			
Escola Básica de Bonfim, Guarda		•			
Escola Básica de Espírito Santo, Guarda		•			
Escola Básica de Famalicão, Guarda	•	•			
Escola Básica de Gonçalo, Guarda	•	•			
Escola Básica de Lameirinhas, Guarda	•	•			
Escola Básica de Maçainhas, Guarda	•	•			
Escola Básica de Trinta, Guarda		•			
Escola Básica de Videmonte, Guarda	•	•			
Escola Básica Santa Zita, Guarda		•			
Jardim de Infância de Sé, Guarda	•				
Jardim de Infância de Trinta, Guarda	•				

1 – INTRODUÇÃO

A [Lei n.º 31/2002](#), de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho ([Despacho n.º 4150/2011](#), de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consagrada como sua competência no [Decreto Regulamentar n.º 15/2012](#), de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do [Agrupamento de Escolas Afonso de Albuquerque](#), realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre os dias 11 e 14 de abril de 2016. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento constituindo este documento um instrumento de, reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede, as escolas básicas de Santa Clara, de Santa Zita, de Lameirinhas e de Trinta e o jardim de infância de Trinta.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização do Agrupamento, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório do Agrupamento apresentado no âmbito da [Avaliação Externa das Escolas 2015-2016](#) está disponível na [página da IGEC](#).

2 – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas Afonso de Albuquerque foi constituído em abril de 2013, na sequência da agregação do Agrupamento de Escolas da Área Urbana da Guarda e da Escola Secundária Afonso de Albuquerque. Integra 15 estabelecimentos de educação e ensino: dois jardins de infância, cinco escolas básicas com educação pré-escolar e 1.º ciclo, seis escolas básicas com 1.º ciclo, uma escola básica com 2.º ciclo e uma escola secundária com 3.º ciclo (escola-sede). As duas unidades orgânicas originais foram avaliadas em 2007 e 2010.

No ano letivo de 2015-2016, a população escolar totaliza 2257 crianças e alunos, distribuídos da seguinte forma: 109 na educação pré-escolar (nove grupos), 648 no 1.º ciclo (33 turmas), 321 no 2.º ciclo (16 turmas, sendo uma do curso vocacional), 531 no 3.º ciclo (24 turmas, sendo uma do curso vocacional), 542 nos cursos científico-humanísticos (21 turmas) e 106 nos cursos profissionais (5 turmas). Acrescem ainda três turmas do ensino secundário recorrente, que funcionam no estabelecimento prisional, com um total de 21 alunos.

Do número total de crianças e alunos, 27,1% beneficiam de auxílios económicos da ação social escolar (ASE), 4,7% têm necessidades educativas especiais de carácter permanente, cerca de 2,5% não possuem nacionalidade portuguesa e 78,7% têm computador com ligação à Internet.

No Agrupamento, exercem a sua atividade 404 profissionais: 270 docentes (89,2% dos quais pertencem ao quadro e cerca de 91,5% têm experiência profissional igual ou superior a dez anos), 120 assistentes (102 assistentes operacionais e 18 assistentes técnicos) e 14 técnicos superiores (dois psicólogos, cinco técnicos especializados afetos à lecionação de disciplinas das vias profissionalizantes e sete docentes das atividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo).

Os indicadores conhecidos relativos à formação académica e à atividade profissional dos pais dos alunos permitem verificar que 57,1% possuem uma habilitação académica de nível secundário ou superior e 39,2% exercem atividades profissionais de nível superior e intermédio.

De acordo com os dados de referência disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência relativamente ao ano letivo de 2013-2014, ano mais recente para o qual há referentes nacionais calculados, o Agrupamento apresenta valores globais das variáveis de contexto que o colocam entre os mais favorecidos, quando comparados com os das outras escolas públicas. Destes, evidenciam-se a percentagem de docentes do quadro dos ensino básico e do ensino secundário, a de alunos sem ASE no 4.º e 9.º anos, as habilitações dos pais e das mães e a idade média dos alunos nos 9.º e 12.º anos.

3 – AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações.

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

Na educação pré-escolar, as aprendizagens das crianças são monitorizadas de forma contínua, com base em grelhas de observação e portefólios individuais. Trimestralmente, é feito o registo das competências adquiridas tendo por base as áreas de conteúdo, informação que é transmitida aos encarregados de educação, de forma descritiva. A partir das informações recolhidas nas reuniões do departamento curricular, a coordenadora elabora uma síntese, por período letivo, onde faz a avaliação global das

aprendizagens realizadas, identificando aspetos que necessitem de melhoria, os quais são posteriormente debatidos e analisados em conselho pedagógico.

No ano letivo de 2013-2014, ano mais recente para o qual há indicadores contextualizados, destacam-se positivamente, os resultados na disciplina de matemática do ensino básico, bem como a taxa de conclusão do 9.º ano e os resultados de português do 4.º ano, que se posicionam acima dos valores esperados. As taxas de conclusão do 1.º ciclo e do ensino secundário e os resultados na disciplina de português do 6.º e 9.º e 12 anos, estão em linha com este indicador. Por outro lado, a taxa de conclusão do 6.º ano e os resultados nos exames nacionais de matemática A e de história A do ensino secundário, são inferiores aos valores esperados.

A análise comparativa dos indicadores estatísticos dos resultados obtidos pelo Agrupamento, nos anos letivos de 2012-2013 e 2013-2014, com os das unidades orgânicas com variáveis de contexto análogas, mostra que, no ensino básico, os resultados se posicionam, maioritariamente, acima dos valores esperados. Destacam-se, pela sua consistência acima deste indicador, a percentagem de positivas nas provas finais de matemática do ensino básico, da prova de português do 4.º ano e a taxa de conclusão do 9.º ano. Apenas a taxa de conclusão do 6.º ano apresenta uma evolução negativa. No ensino secundário os resultados mantêm-se em linha com os valores esperados, com maior estabilidade na taxa de conclusão e na avaliação externa da disciplina de português, mas o desempenho dos alunos nos exames nacionais de matemática A e história A é diverso, evidenciando inconsistência.

Assim, os resultados alcançados evidenciam, globalmente, a predominância de valores acima dos esperados, com realce para a disciplina de matemática do ensino básico e a taxa de conclusão do 3.º ciclo. Todavia, no ensino secundário torna-se necessário um maior investimento nos processos de ensino e de aprendizagem, visando a melhoria sustentada dos resultados.

Considerando os cursos profissionais que funcionaram entre 2011-2012 e 2014-2015 (dois cursos), a taxa global de conclusão tem vindo a melhorar (78,7% em 2014-2015). No biénio em referência e tendo por base os alunos que concluíram, o curso de Técnico de Restauração apresenta uma taxa de empregabilidade bastante satisfatória (95% na área de formação) ao contrário do curso de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva, sendo que este último apresenta valores mais relevantes na taxa de prosseguimento de estudos (45%).

No último biénio, os casos de abandono escolar e desistência incidiram, exclusivamente, no ensino básico, correspondendo, respetivamente, a taxas de 0,7% e 1%, (respeitando a situações que reportam a famílias emigrantes, para as quais o Agrupamento tem reduzida margem de intervenção) sendo que no ensino secundário (cursos científico-humanísticos) não se registou qualquer situação.

O Agrupamento analisa sistematicamente os resultados internos e externos dos seus alunos, associando o bom desempenho verificado no ensino básico com os apoios prestados e com o investimento no trabalho colaborativo dos docentes. Já relativamente às situações de insucesso, os responsáveis identificam, sobretudo, fatores exógenos como determinantes (p. ex., características dos alunos, extensão dos programas).

RESULTADOS SOCIAIS

A participação das crianças e alunos na vida do Agrupamento é valorizada e concretizada através de múltiplas atividades previstas no projeto educativo, no plano anual de atividades e nos planos de grupo/turma. A sua corresponsabilização é transversalmente explorada através da atribuição de responsabilidades diárias na educação pré-escolar, do mesmo modo que aos alunos do 1.º ciclo são atribuídas tarefas específicas ligadas à gestão quotidiana da sala de aula, fomentando a sua autonomia e sentido de responsabilidade, para além das competências específicas que são atribuídas aos delegados de turma nos vários ciclos e níveis de ensino.

A educação cívica é consistentemente explorada através da oferta de disciplinas como a educação para a cidadania (onde, entre outros, se abordam os direitos e deveres dos alunos, bem como as temáticas do *bullying*, segurança na Internet e educação sexual), da implementação do projeto “Parlamento dos Jovens”, de atividades ligadas à preservação ambiental como a “Campanha Electrão”, da programação de iniciativas de cariz solidário, tais como o desfile “Vestir os Valores com Um Sorriso” (envolvendo a educação pré-escolar e o 1.º ciclo) ou o projeto *Ajudaris*. O Desporto Escolar é um programa extensivo ao 1.º ciclo que, pela sua abrangência, assume um papel primordial na socialização dos discentes.

Os alunos conhecem os documentos estruturantes do Agrupamento, especialmente o regulamento interno e assumem algum envolvimento nas decisões assumidas nos órgãos e estruturas em que estão representados, pese embora não esteja previsto o funcionamento das assembleias de delegados de turma. A associação de estudantes está constituída, gere com alguma autonomia um espaço próprio e propõe atividades para desenvolver ao longo do ano, que são bem acolhidas pela direção (p. ex., Dia da Mulher, comemoração do Natal).

Estão em curso medidas de prevenção da indisciplina que contemplam a intervenção articulada dos diretores de turma com as famílias e a ação do Gabinete de Indisciplina e Prevenção do Abandono Escolar (GIPAE) que, entre outras valências, procede ao acompanhamento dos casos mais problemáticos. As situações de indisciplina são objetivamente conhecidas, estão confinadas a grupos restritos de alunos e a algumas turmas, sendo objeto de monitorização. Os diversos órgãos e estruturas procuram harmonizar a atuação dos docentes nesta matéria, enfatizando as normas de convivência na escola (explicitadas no documento interno “Código de Conduta”), a par da definição de critérios de avaliação que ponderam parâmetros como as relações interpessoais e a responsabilização. As situações mais graves culminaram na instauração de 27 processos disciplinares em 2014-2015 (respetivamente 15, sete e cinco, por cada período letivo) com aplicação da medida sancionatória de suspensão da escola. Pela sua natureza recente, estes dados não permitem ainda objetivar a eficácia das medidas em curso.

Há uma perceção partilhada pelos diferentes elementos da comunidade educativa do impacto positivo da escolaridade na formação dos alunos, sustentada, por exemplo, nas taxas de empregabilidade de alguns cursos profissionais e no testemunho de vários interlocutores da comunidade, designadamente empresas que proporcionam estágios de formação e instituições de ensino superior. No triénio 2012-2013 a 2014-2015, as percentagens de alunos colocados na 1.ª fase foram respetivamente de 95%, 92% e 92% e, no mesmo período temporal, as dos que ingressaram na primeira opção foram de 68%, 53% e 53%, resultados que se configuram como favoráveis.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

A comunidade escolar mostra-se globalmente satisfeita com a ação educativa do Agrupamento, como evidencia o predomínio das opções de concordância nas respostas aos questionários aplicados no âmbito da presente avaliação externa. Destacam-se, a este propósito, o grupo dos pais das crianças da educação pré-escolar e dos alunos do 1.º ciclo como os mais satisfeitos e o dos alunos dos 2.º, 3.º ciclos e ensino secundário e dos trabalhadores não docentes como os menos satisfeitos.

Uma análise mais detalhada das respostas dos diferentes grupos de inquiridos, permite constatar que o conhecimento das regras de comportamento, a valorização dos laços de amizade existentes na escola, a limpeza das instalações e a qualidade do ensino, são áreas que evidenciam maiores índices de satisfação. Ao invés, a utilização frequente de computador em sala de aula, o comportamento dos alunos e a adequação das instalações escolares são os aspetos que revelam, em regra, menor grau de satisfação.

O reconhecimento do mérito dos alunos é promovido através de diversas cerimónias públicas de entrega de prémios e diplomas, constituindo um estímulo importante para a melhoria dos resultados e das aprendizagens, por exemplo: entrega de diplomas de Excelência, de Valor e certificados de Mérito nas comemorações do “Dia do Patrono”; divulgação dos resultados nas provas do Desporto Escolar e

exposição de troféus; Concurso “Energia Fantasma” da DECO; Prémio Expressão *Vox Populi* (modalidades de texto e fotografia). No último triénio, registou-se um acréscimo de cerca de 31% no número de alunos distinguidos com Bolsas de Mérito. A par destas iniciativas, os sucessos das crianças e alunos são sistematicamente valorizados através da divulgação das atividades e seus resultados junto da comunidade educativa (p. ex., corta-mato escolar, festa de Natal, exposições de trabalhos) e da participação em concursos nacionais e internacionais (p. ex., Olimpíadas, Concursos de Leitura, Equamat).

Existe uma expressiva interação do Agrupamento com a comunidade, visível no elevado número de parcerias estabelecidas, na concretização de atividades pedagógicas com envolvimento das instituições locais (p. ex., participação de alunos na Feira Ibérica de Turismo), na realização de estágios profissionais e na ligação com o Instituto Politécnico da Guarda.

A diversidade da oferta formativa, as iniciativas abertas ao meio (exposições, debates, eventos comemorativos), a adesão a atividades promovidas pela autarquia e o reconhecimento local da qualidade da formação ministrada aos alunos, são alguns exemplos de valências que contribuem para a valorização da imagem social do Agrupamento e desenvolvimento da comunidade envolvente.

A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **MUITO BOM** no domínio **Resultados**.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

A planificação das atividades curriculares operacionaliza-se ao nível das diferentes estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, assumindo especial papel os departamentos da educação pré-escolar e do 1.º ciclo, bem como os diversos grupos de recrutamento. As equipas que lecionam o mesmo ano de escolaridade/disciplina desempenham um papel importante na articulação dos docentes, em especial ao nível das planificações didáticas, da definição de critérios e conceção de instrumentos de avaliação, assim como na monitorização do cumprimento dos programas.

O plano anual de atividades apresenta um vasto conjunto de iniciativas propostas pelos grupos de recrutamento, departamentos curriculares e outras estruturas/ofertas educativas (bibliotecas escolares, Serviços de Psicologia e Orientação, clubes e projetos), articuladas com os princípios e objetivos do projeto educativo, adequando-se às especificidades do meio envolvente, nomeadamente no que respeita à definição da oferta formativa (p. ex. formação desportiva em atividades náuticas, ensino articulado) e às visitas temáticas ao Parque Natural da Serra da Estrela. Os planos de grupo/turma assumem-se como instrumentos de trabalho globalmente adequados. Assentam numa caracterização extensa das crianças e dos alunos e definem as opções educativas, designadamente, as estratégias de ensino no domínio das aprendizagens curriculares e extracurriculares e na aquisição de competências sociais, no quadro dos objetivos definidos no projeto educativo.

No que concerne à articulação vertical do currículo, intencionalidade expressa no projeto educativo, é notória a criação de instrumentos específicos que facilitam a progressão entre os diferentes níveis de educação e ensino, nomeadamente através da realização de reuniões entre docentes e técnicos, nas quais se partilha informação sobre o percurso escolar das crianças e dos alunos, em particular nas transições de ciclo, visando a adequação da ação educativa ao grupo/turma.

As práticas de articulação de conteúdos curriculares, orientadas para facilitar a sequencialidade de aprendizagens, são regulares, ainda que denotando diferentes focagens e níveis de concretização, o que condiciona a sua eficácia. Entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo e, entre este e o 2.º ciclo, centram-se na aquisição de competências sociais, enquanto nos restantes níveis de ensino se dirigem, essencialmente, para a gestão dos currículos no âmbito das diferentes disciplinas.

A interdisciplinaridade é fundamentalmente assegurada através de iniciativas que proporcionam o envolvimento de diversas disciplinas (p. ex., visitas de estudo). Neste âmbito, existem várias ações contempladas no plano anual de atividades que são transversais aos diferentes níveis de educação/ensino, por exemplo, as semanas temáticas, as atividades promovidas pelas bibliotecas escolares e a celebração do Dia do Patrono. Nos conselhos de turma, as oportunidades de articulação interdisciplinar concretizam-se essencialmente ao nível de projetos e clubes. Existe margem de melhoria nas práticas de articulação de conteúdos curriculares, por parte destas estruturas, não se verificando, ainda, uma ação sistemática e consolidada nesta área.

O trabalho colaborativo entre docentes é incentivado, designadamente através da organização de tempos semanais comuns para os diferentes grupos de recrutamento, no sentido de melhorar a gestão do currículo e a avaliação das aprendizagens. Todavia, esta prática apresenta algumas limitações dado que não se encontra alargada à educação pré-escolar, ao 1.º ciclo e ao departamento da educação especial.

PRÁTICAS DE ENSINO

O Agrupamento definiu como uma das áreas prioritárias de intervenção a melhoria das aprendizagens e dos resultados escolares. Para esse efeito, organiza e implementa diversas medidas de promoção do sucesso educativo, salas de estudo e de preparação das provas externas e a constituição de grupos de homogeneidade relativa nas disciplinas de matemática, física e química A e biologia e geologia, do ensino secundário.

Estas medidas operacionalizam-se num contexto mais alargado e eficaz do trabalho pedagógico, com reflexo na adequação das atividades educativas e do ensino às capacidades e aos ritmos de aprendizagem dos discentes. A este nível salienta-se, ainda, a diversidade das práticas pedagógicas na educação pré-escolar, a concretização de coadjuvações em sala de aula, designadamente na disciplina de matemática nos 2.º e 3.º ciclos, a oferta educativa diferenciada (p. ex., ensino articulado de música, vias de formação profissionalizante e clubes), bem como as práticas regulares de diferenciação desenvolvidas em contexto de sala de aula.

A resposta aos alunos com necessidades educativas especiais encontra-se bem organizada, apesar de ainda serem evidentes algumas dificuldades na implantação das unidades especializadas de apoio aos alunos com multideficiência e surdocegueira congénita (p. ex., adequação das instalações à prestação dos cuidados de higiene e alimentação). As medidas educativas previstas nos programas educativos individuais são adequadamente implementadas, sendo de relevar o trabalho desenvolvido pela Comissão de Análise Documental na orientação dos processos após referenciação, a articulação entre docentes (professores titulares de turma e de educação especial) e técnicos especializados (p. ex. psicólogos, terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais), bem como as ofertas curriculares alternativas proporcionadas aos alunos com currículo específico individual, sob a modalidade de clubes (p. ex., pequenos cozinheiros, reciclar e decorar, informática, artes decorativas, música).

Genericamente, são criados contextos de aprendizagem bastante favoráveis, através da diversificação de estratégias e da utilização de recursos diversificados (p. ex., trabalhos de grupo, aulas de campo, projetos, participação de pais e outros elementos da comunidade) que promovem o desenvolvimento das potencialidades dos alunos. É notória a interligação entre as atividades curriculares, as iniciativas

desenvolvidas pelas bibliotecas e a oferta temática de diversos clubes (p. ex., escrita criativa, história, vídeo).

As oito bibliotecas do Agrupamento, todas integradas na rede de bibliotecas escolares, funcionam em articulação com a Biblioteca Municipal direcionando o seu trabalho para o desenvolvimento de diversas literacias (p. ex., da leitura, digital, da informação) e assumindo-se como um recurso educativo fundamental.

O trabalho prático e experimental e a metodologia de projeto são utilizados com regularidade em sala de atividade/aula, na exploração de conteúdos curriculares e também pela via de clubes e atividades destinadas a promover a literacia científica e o gosto pela pesquisa (p. ex., Olimpíadas, visitas de estudo à Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear - CERN, ao Exploratório Ciência Viva, atividade “Explorar Experimentando”, clube de saúde).

A dimensão artística é fortemente valorizada, designadamente nas atividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo e, também, através da oferta do ensino articulado de música, de diferentes clubes (p. ex., expressões, vídeo, guitarra), sendo frequente a utilização das artes em diversas atividades em que as crianças e os alunos participam (p. ex., festas, desfiles, exposições).

As tecnologias de informação e comunicação são utilizadas regularmente como suporte ao processo de ensino e aprendizagem. Destaca-se o aproveitamento dos diferentes suportes informáticos (correio eletrónico institucional e plataforma Moodle) para informação e partilha de materiais pedagógicos entre alunos e professores.

O acompanhamento da prática letiva é concretizado, de forma indireta, pelas estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, através do balanço das atividades realizadas, da aferição do cumprimento dos programas e da análise regular dos resultados alcançados. Apesar da prática descrita, a ausência de procedimentos regulares de observação de aulas não favorece a identificação de boas práticas pedagógicas indutoras de melhoria de alguns resultados académicos, bem como do desenvolvimento profissional dos docentes.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

O Agrupamento definiu critérios que organizam o processo de avaliação e que funcionam como referenciais para a implementação das suas diferentes modalidades. Os departamentos curriculares e os grupos de ano (1.º ciclo) e de recrutamento determinam os instrumentos e os procedimentos a utilizar no sentido de salvaguardar a implementação do processo avaliativo, tendo como referência o currículo e os critérios definidos para a sua concretização. A avaliação diagnóstica (principalmente no início do ano letivo) e a avaliação formativa com recurso a instrumentos diferenciados (p. ex., fichas de trabalho, participações orais, trabalhos de grupo) são práticas generalizadas. A informação produzida acerca das aprendizagens é utilizada de forma consistente na prestação de informação aos alunos, na eventual reformulação das planificações didáticas e na adoção de estratégias de melhoria das aprendizagens.

Existe uma prática regular de aplicação de testes comuns no 1.º ciclo e nos restantes níveis de ensino, em disciplinas específicas, visando a aferição das aprendizagens (p. ex., português, matemática, biologia e geologia). Na sequência da aplicação destes testes, procede-se à análise de resultados, sendo o resultado da reflexão traduzido em medidas de melhoria (p. ex., encaminhamento de alunos para medidas de apoio, reformulação das planificações curriculares).

Os procedimentos de validação e determinação da fiabilidade dos critérios e instrumentos de avaliação assentam, sobretudo, na análise dos resultados e na aferição das práticas comuns de avaliação, o que não tem facilitado a tomada de decisões, designadamente, acerca da disparidade entre as classificações internas e externas.

As estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica procedem à regular monitorização do desenvolvimento do currículo, dos resultados das aprendizagens e da eficácia das medidas de promoção do sucesso escolar (p. ex., apoios educativos, educação especial). A monitorização do cumprimento do plano anual de atividades realiza-se de forma sistemática, com base nos relatórios dos responsáveis pelas diferentes iniciativas concretizadas. Os conselhos de turma procedem a uma avaliação regular da eficácia das medidas educativas implementadas. Estas práticas contribuem para o delinear de estratégias dirigidas à melhoria do ensino e da aprendizagem e para a tomada de decisões acerca das ofertas educativas.

Os resultados académicos são analisados de forma sistemática nos diversos órgãos e estruturas pedagógicas, através de diferentes indicadores, de onde resulta diversa informação sobre o percurso escolar dos alunos que é utilizada na tomada de decisões, designadamente no que concerne à redefinição dos processos de ensino e à adoção de medidas de promoção do sucesso escolar.

A prevenção da desistência e abandono escolares tem sido consistente na deteção e acompanhamento das situações de risco. As situações estão identificadas e são acompanhadas pelos diretores de turma e pela direção, em colaboração com o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Relevam, ainda as dinâmicas dirigidas ao envolvimento dos pais e encarregados de educação, na procura das melhores soluções de integração para os alunos.

A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **MUITO BOM** no domínio **Prestação do Serviço Educativo**.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

A liderança do Agrupamento, tendo em conta a sua recente reconfiguração institucional, é reconhecida e focalizada na pessoa da diretora e da sua equipa, encontrando-se em processo de consolidação. É caracterizada pelo empenho, prontidão, disponibilidade e boa comunicação institucional, sendo que a diretora e a respetiva equipa demonstram ter um conhecimento, em crescendo, da realidade educativa do Agrupamento. É realçado um bom grau de cooperação e de articulação com os responsáveis pela coordenação das estruturas intermédias, reforçando, desta forma, a autonomia, confiança e responsabilidade.

No seu conjunto, os documentos orientadores da ação educativa (projeto educativo, regulamento interno e plano anual de atividades) mostram-se parcialmente participados na sua conceção e incrementados no seu desenvolvimento. Destaca-se um envolvimento reduzido dos assistentes técnicos e operacionais, seja na conceção, seja no conseqüente desenvolvimento do projeto educativo e do plano anual. No caso dos pais e encarregados de educação, evidencia-se uma participação mais ativa no que concerne ao plano anual de atividades, por exemplo, no tocante às iniciativas de promoção da leitura e apresentação de propostas de formação relacionadas com a temática “suportes de vida”. O corpo docente representa o setor com maior grau de envolvimento na conceção e desenvolvimento daqueles documentos.

No âmbito dos documentos estruturantes, destaca-se uma missão que persegue uma ação educativa ambiciosa, consistente com a identificação de linhas orientadoras focalizadas nos resultados, na prestação do serviço educativo e na liderança e gestão. Trata-se de uma matriz estratégica que é equacionada com base em princípios orientadores que concretizam uma definição clara de valores e objetivos (gerais e transversais) de referência para a ação educativa do Agrupamento. Para o efeito,

privilegia a articulação curricular e pedagógica vertical. Não obstante, a definição da estratégia para a ação educativa não é, em igual escala de esforço, acompanhada por um trabalho explícito de análise e diagnóstico de pontos fortes e pontos fracos, facto que conduziu à definição de metas algo generalistas e imprecisas, o que condiciona a planificação e a orientação do trabalho dos docentes. Se, por um lado, a relação estabelecida entre objetivos e estratégias é bem conseguida, por outro, esse grau de relacionamento não surge suficientemente plasmado na definição daquelas metas não quantificadas.

Assumem especial importância as parcerias e protocolos existentes, com múltiplas entidades, relevantes para a dinâmica educativa, destacando-se, a título exemplificativo, as seguintes: autarquia (transportes, alimentação, visitas de estudo, projeto da natação do 1.º ciclo, prática simulada dos cursos vocacionais e formação em contexto de trabalho dos cursos profissionais, Centro de Formação de Atividades Náuticas); Conselho Empresarial das Beiras e Serra da Estrela (promoção de mostras da realidade social, cultural e económica da Serra da Estrela, como base de fundamentação de ofertas formativas); Instituto Politécnico da Guarda e Centro de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação para a Educação Especial da Guarda – CRTIC (formação e investigação, prestação de serviços à comunidade e intercâmbio cultural, técnico e científico); Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto da Guarda e Universidade da Beira Interior (estágios pedagógicos de formandos dos cursos de licenciatura e mestrado); Centro de Formação, Assistência e Desenvolvimento (CFAD) – (Projeto “Agir para Prevenir” – respostas interdisciplinares na prevenção primária da toxicodependência e outros comportamentos de risco.

GESTÃO

Recorrendo a uma programação pormenorizada, a preparação e gestão do ano letivo é feita com ponderação, suscitando o necessário impacto positivo do ponto de vista do planeamento organizacional, curricular e pedagógico. Para o efeito, prevê a realização de diversas reuniões de trabalho que antecedem a abertura do ano letivo, desde a reunião geral de assistentes operacionais, de professores (distribuição de serviço e articulação funcional entre os diversos órgãos de coordenação e orientação educativa), até à sessão de receção aos alunos.

A definição e calendarização das atividades de preparação do ano letivo suscitam, desde logo, um ciclo anual de gestão que suporta o planeamento e as consequentes práticas de organização das atividades curriculares e pedagógicas. O modelo de gestão operado decorre da aplicação de critérios claros, com a preocupação constante em promover uma adequada afetação de recursos humanos, organizacionais, materiais e físicos, concretizando uma aplicação feita de acordo com princípios de adequabilidade e funcionalidade.

A relevância de outros documentos para a promoção de um modelo de gestão mais eficiente e eficaz sobressai, por exemplo, no que concerne à componente horária docente/distribuição de serviço, resultando na organização atempada e devidamente escalonada dos horários de alunos e professores, segundo critérios objetivos e da consequente distribuição de serviço. No domínio do ensino articulado da música, foram explicitadas algumas fragilidades (ainda não cabalmente superadas) na articulação entre as duas instituições, nomeadamente em relação aos horários das turmas e calendarização de testes de avaliação.

Na organização e gestão dos recursos humanos, procura-se adequar os perfis profissionais e respetivos percursos formativos aos conteúdos dos diferentes cargos e funções. No quadro geral da gestão de cargos e funções, assiste-se a um incremento da formação como processo de desenvolvimento e otimização contínuos dos recursos humanos, se bem que não totalmente generalizado a todos os grupos de trabalho. Se, por um lado, é apresentado um plano de formação (projetado para 2015-2017, em articulação com o Centro de Formação de Professores da Guarda-Raia) quase exclusivamente destinado ao pessoal docente, por outro, a oferta formativa destinada ao pessoal não docente mostra-se substancialmente

mais reduzida, destacando-se a única ação de formação intitulada “promoção e proteção dos direitos da criança”.

Em particular, constata-se maior dificuldade no desenvolvimento de ações de formação contínua dos assistentes operacionais de apoio aos laboratórios, enquanto os adstritos aos serviços da biblioteca escolar, bem como os assistentes técnicos dos serviços administrativos, tiveram acesso recente a formação contínua de base funcional. Não foi evidenciado o propósito de sustentar a formação contínua em processos explícitos e formais de levantamento e auscultação de necessidades de formação e desenvolvimento profissional.

Relativamente à gestão dos processos comunicacionais, os circuitos e mecanismos de comunicação (reuniões, telefone, caderneta, suportes eletrónicos e contactos pessoais), mostram-se adequados e eficientes no que concerne à divulgação de documentos estruturantes e de outra informação útil ao competente desempenho dos trabalhadores, ao necessário envolvimento dos encarregados de educação e dos alunos na dinâmica do Agrupamento.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

No início do presente ano letivo, por orientação da diretora, o atual coordenador e um outro docente procederam à constituição da nova equipa de autoavaliação, composta por sete elementos oriundos dos diferentes níveis de educação e ensino, do pessoal não docente (convidado) e dos pais e encarregados de educação (indicado pela associação de pais), alguns deles com formação em avaliação institucional, designadamente na aplicação do modelo *Common Assessment Framework* (CAF) na área social. O grupo de trabalho é dotado de um considerável grau de autonomia no exercício das suas funções.

Em termos de referencial de avaliação, o trabalho da equipa sustenta-se nos documentos estruturantes de planeamento, a par de outros documentos de trabalho oriundos dos departamentos curriculares. Apesar de ter definido um plano de ação, que não foi formalmente divulgado à comunidade educativa, não assumiu qualquer modelo concreto de avaliação institucional, nem foram evidenciadas quaisquer definições de referentes (objetivos) e referidos (domínios de indicadores), como forma de sustentar a construção de instrumentos, procedimentos metodológicos de recolha de dados e a respetiva metodologia de análise.

A ação da equipa limitou-se à definição de um cronograma de procedimentos de carácter técnico-administrativo, focalizado na construção e aplicação de um inquérito por questionário destinado a auscultar o grau de satisfação do público-alvo (alunos; pessoal docente; pessoal não docente; encarregados de educação). Não foi possível evidenciar uma conexão forte de um eventual plano de ações de melhoria associado ao prévio estabelecimento de prioridades contextual e institucionalmente sustentadas.

A autoavaliação, enquanto processo mais organizado e instrumento de gestão do progresso e melhoria, numa perspetiva sistematizadora e articulada das diferentes práticas de avaliação interna e dos diferentes níveis de ensino, ainda carece de consolidação.

Tendo em conta os juízos avaliativos formulados neste domínio, o Agrupamento apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Liderança e Gestão**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento:

- Práticas pedagógicas eficazes ao nível do ensino básico, com impacto na consistência da taxa de conclusão do 3.º ciclo e nas aprendizagens matemáticas.
- Adequação das estratégias de prevenção do absentismo e abandono escolares, com impacto positivo ao nível do ensino secundário (cursos científico-humanísticos).
- Implementação de contextos de aprendizagem favoráveis, que propiciam aos alunos ambientes promotores do desenvolvimento das suas potencialidades.
- Valorização da componente artística e das aprendizagens práticas e experimentais, que proporcionam novas experiências de aprendizagem às crianças e aos alunos.
- Dinâmica das bibliotecas escolares, enquanto recurso fundamental, com impacto no desenvolvimento de diferentes literacias.
- Desenvolvimento de protocolos e parcerias com entidades externas, bem como de atividades, clubes e projetos, com impacto muito positivo na oferta educativa e na qualidade do serviço educativo prestado.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde o Agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- Identificação rigorosa dos fatores internos que condicionam o sucesso dos alunos no ensino secundário, visando a implementação de ações de melhoria tendentes a potenciar a eficácia da ação educativa.
- Consolidação das práticas de articulação curricular, designadamente ao nível dos conselhos de turma, como forma de promover a melhoria das aprendizagens.
- Definição de metas quantificadas quanto aos resultados académicos a atingir, com vista a constituírem-se como referenciais de ação para o trabalho dos docentes.
- Dinamização da observação e partilha de aulas, numa perspetiva de supervisão colaborativa das práticas pedagógicas, com o intuito de proporcionar o desenvolvimento profissional e promover a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.
- Aprofundamento da autoavaliação enquanto processo mais organizado de gestão do progresso, numa perspetiva sistematizadora e articulada das diferentes práticas de avaliação interna.

22-06-2016

A Equipa de Avaliação Externa: Henrique Ramalho, Jorge Sena e José Lebre

Concordo.

À consideração do Senhor Inspetor-Geral da
Educação e Ciência, para homologação.

O Chefe de Equipa Multidisciplinar da Área
Territorial de Inspeção do Centro

Marcial Rodrigues Mota

2016-07-20

Homologo.

O Inspetor-Geral da Educação e Ciência

Por delegação de competências do Senhor Ministro da Educação
nos termos do Despacho n.º 5477/2016, publicado no D.R. n.º 79,
Série II, de 22 de abril de 2016